



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - MTPS  
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO - CNIg**

**ATA**

**III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE IMIGRAÇÃO - CNIg**

**Dia: 12 de abril de 2016**

**Brasília – DF**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – MTPS**  
**CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – CNIg**

**MINUTA**

**Ata da III Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração - CNIg**

**Dia:** 12/04/2016

**Hora:** 09:00 horas

**Local:** Sala de Reuniões 433 – 4º Andar – Edifício Sede do Ministério do Trabalho e Previdência Social – Esplanada dos Ministérios – Bloco F – Brasília – Distrito Federal.

1 Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 09:00 horas, no Sala de Reuniões  
2 433 do Edifício Sede do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Esplanada dos  
3 Ministérios, Brasília, Distrito Federal, sob a Presidência do **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**,  
4 teve início a Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração – CNIg.  
5 Expedida a convocatória a todos os membros, Titulares e Suplentes, estavam presentes os  
6 representantes do Poder Público e da Sociedade Civil: Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida,  
7 Ministério do Trabalho e Previdência Social (**MTPS**); Sr. João Guilherme Lima Granja  
8 Xavier da Silva, do Ministério da Justiça (**MJ**); Sr. Luiz Antônio Gonçalves Rodrigues de  
9 Souza, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**MAPA**); Sr. Alcebíades  
10 Gomes Pereira, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (**MDIC**);  
11 Sra. Anemarie da Silveira Bender, do Ministério da Saúde (**MS**); Sr. Odilon dos Santos Braga,  
12 da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (**CTB**); Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho,  
13 representante da Central Única dos Trabalhadores (**CUT**); Sr. Elias Ferreira, da Força Sindical  
14 (**FS**); Sr. Edson Stefani, representante da União Geral dos Trabalhadores (**UGT**); Sra.  
15 Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto, representante da Confederação Nacional do  
16 Comércio de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**); Sr. Luiz Henrique David, representante da  
17 Confederação Nacional do Transporte (**CNT**); Sra. Kelly Dantas da Silva, representante da  
18 Confederação Nacional das Instituições Financeiras (**CNF**); Sra. Christina Aires Correa Lima,  
19 representante da Confederação Nacional da Indústria (**CNI**); Sr. Wladimir Penha Pereira, da  
20 Nova Central Sindical de Trabalhadores (**NCST**); e da Sra. Bela Feldman Bianco, da  
21 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**). E, os observadores: Sr. Matteo  
22 Mandrile, representante da Organização Internacional para as Migrações (**OIM**); Sra. Cynthia  
23 Sampaio e Sra. Thaís Dias Fortuna, representantes da Organização Internacional do Trabalho  
24 (**OIT**); Sr. Daniel Chiaretti, representante da Defensoria Pública da União (**DPU**); Sr.

25 Raimundo Jorge Santos Seixas, representante da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);  
26 Dos Servidores da Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Imigração: Sr. Aldo  
27 Candido Costa Filho; Sra. Ana Paula Santos da Silva e Sra. Ana Priscila Martins da Cruz. E,  
28 dos convidados: Sra. Daya Hayakawa Almeida, do Centro Internacional para o  
29 Desenvolvimento Político - Migratórios (ICMPO); Sra. Priscila Vilela Strassburger, do  
30 Ministério Público Federal (MPF); Sra. Silvane Mendes Gouvea, do Departamento da Polícia  
31 Federal (DPF); Sra. Andréa Motta, da SEED; Sra. Silvana Braga, da SEED; Sr. Marcelo  
32 Cavalcanti; Sra. Dina Araújo e Sra. Natalia Cintra, do Observatório das Migrações  
33 Internacionais (OBMigra); Sra. Livia Gonçalves Guimarães Padilha, Defensoria Pública da  
34 União (DPU); Sra. Natália Martins, Programa Bem Mais Simples, da Presidência da  
35 República (PR); Sra. Clarice J. de Oliveira, da Presidência da República (PR); Sra. Isabel  
36 Kelli, do Ministério do Turismo (MTur); e Sr. André Zaca Furquim, do Departamento da  
37 Polícia Federal (DPF). **ABERTURA:** O Presidente da Reunião, após conferir a recepção da  
38 agenda proposta para o Plenário, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida comentou sobre o Fórum de  
39 Participação Social, ressaltando-o importante haja vista o trabalho realizado pelo CNIg.  
40 Comentou também sobre as Propostas Legislativas em curso, as quais podem definir o futuro  
41 do Conselho. Em prosseguimento, ressaltou as questões dos Normativos, em que uma é a do  
42 Projeto de Lei, o qual trata do novo Regulamento de Migração, ocasião em que salientou a  
43 informação da proximidade da prontidão do Relatório gerado pelo Relator da Comissão  
44 Especial, Sr. Deputado Orlando Silva; e a outra, a questão da revisão do atual Decreto que  
45 regulamenta o estatuto do estrangeiro com vistas à simplificação dos procedimentos. Antes de  
46 iniciar a agenda, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida mencionou a parceria entre o Ministério do  
47 Trabalho e Previdência Social (MTPS), via CNIg, e a Universidade de Brasília (UnB).  
48 Comunicou também que, em onze de maio, haverá um Seminário sobre: **“A Imigração  
49 Haitiana no Brasil: desafios e perspectivas futuras”**, onde serão debatido os seguintes  
50 pontos: 1) A emissão de vistos por meio do Centro criado em parceria com a Organização  
51 Internacional para Migração (OIM), em Porto Príncipe; 2) A política migratória para os  
52 haitianos no Brasil; e 3) O tema da Integração Laboral. Tomou a palavra o Sr. Leonardo  
53 Cavalcanti (OBMigra) enfatizou que esse evento finaliza duas atividades: a das Oficinas de  
54 Sistematização do CNIg e a pesquisa realizada pela OIM. Em prosseguimento, tomou a  
55 palavra o Sr. Elias Ferreira (FS), que mencionou o assunto relativo à renovação da Resolução  
56 Normativa CNIg 97/2012 (RN 97) e destacou a realização, em momento oportuno, do  
57 Seminário Internacional, haja vista a Resolução Normativa voltada para o visto humanitário  
58 dos cidadãos do Haiti. Em prosseguimento, o Sr. Paulo Sérgio Almeida instou a aprovação da

59 Agenda prevista para a Reunião: a aprovação da Agenda provisória e das Atas da primeira e  
60 segunda Reuniões Ordinárias do CNIg de dois mil e dezesseis; e dos seguintes pontos: 1)  
61 Relato dos grupos de trabalho; 2) Organização do Fórum de Participação Social; 3) Análise  
62 dos novos fluxos migratórios ao Brasil e implementação dos resultados da pesquisa realizada  
63 pela Fundação Getúlio Vargas; 4) Ingresso de crianças e adolescentes imigrantes no Brasil; 5)  
64 Assuntos diversos, como, por exemplo, a atualização do Decreto 86715; a apresentação do  
65 Seminário Regional da Cooperação Sul/Sul; a proposta da Defensoria Pública da União sobre  
66 a alteração da Resolução Normativa 98/2010; a apresentação do Programa gerido pelo  
67 Governo do Estado de Minas Gerais; os dados estatísticos do CNIg de 2015 e, por fim, os  
68 processos a serem relatados. Tomou a palavra a Ir. Rosita Milesi (**IMDH**), que admoestou  
69 sobre os registros nas linhas cento e sessenta e oito e cento e sessenta e nove da Ata,  
70 ressaltando que é importante considerar o processo de avaliação e registro de permanência do  
71 imigrante no Brasil e, não apenas, o fluxo de imigrantes, conforme a decisão de doze de  
72 novembro de dois mil e quinze, propondo, portanto, a alteração do texto, na segunda linha, no  
73 que diz respeito à efetivação da medida. Além disso, admoestou também os registros das  
74 linhas cento e setenta e dois e cento e noventa e dois, ressaltando que, na primeira, se trata da  
75 falta de efetivo da Polícia Federal (PF) e, na segunda, da importância da renovação da  
76 Resolução 97 no mês de outubro, não necessariamente das Políticas Públicas. Retificações  
77 aprovadas pelo Sr. Paulo Sérgio de Almeida, passou-se a palavra para o Sr. João Guilherme  
78 Lima Granja Xavier da Silva (**MJ**). O mesmo também fez referência à retificação dos  
79 registros nas linhas número cento e vinte e dois e cento e vinte três, e, com base na fala do  
80 Secretário Nacional de Justiça, orientou, segundo o editorial da Lei de migração, a seguinte  
81 adequação: a do custo jurídico que, em dois mil e quinze, foi analisado e debatido pelo poder  
82 Executivo e que, atualmente, encontra-se em tramitação no poder Legislativo. Em  
83 prosseguimento, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, tendo em conta os ajustes propostos, propôs,  
84 a aprovação das Atas da Primeira e da Segunda Reunião Ordinária CNIg de dois mil e  
85 dezesseis. Tomou, então, a palavra, o Sr. Elias Ferreira (**FS**) que complementou a ideia da  
86 relevância da desburocratização de atualização do Decreto, contido na linha trezentos e vinte  
87 e dois, com a ideia da preocupação na alteração do visto de turista para o visto de trabalho.  
88 Retomando a palavra, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, não havendo mais comentários, deu  
89 prosseguimento ao próximo ponto da Agenda, a saber, o Relato dos grupos de trabalho.  
90 Inicialmente, o do Fórum de Participação Social, ou seja, um Fórum virtual que viabiliza o  
91 diálogo entre o Conselho e a sociedade civil e que, uma vez por ano, pode se manifestar de  
92 maneira presencial. Segundo o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, no dia seis de julho, na

93 Universidade de Zumbi dos Palmares, no Fórum Social Mundial das Migrações, em São  
94 Paulo, Brasil. Nessa ocasião, sete Eixos serão debatidos, os quais: 1) O processo contínuo de  
95 construção do diálogo entre o CNIg e a sociedade civil; 2) A atualização da política nacional  
96 de migração e proteção aos trabalhadores emigrantes; 3) Direitos dos trabalhadores e  
97 trabalhadoras migrantes; 4) Recepção e informação ao trabalhador e trabalhadora migrante; 5)  
98 Integração sociolaboral (qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho e  
99 documentação); 6) Diversidade e gênero na política de imigração laboral; 7) Emigração de  
100 trabalhadores, emigração e trabalhadores retornados. A metodologia desse debate está sob a  
101 administração do Observatório das Migrações Internacionais e da Organização Internacional  
102 do Trabalho. Além disso, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida explanou sobre a reunião ocorrida em  
103 sete de abril, em São Paulo, cujo intuito foi apresentar esse Fórum às representações da  
104 Sociedade Civil de São Paulo, assim como a metodologia adotada. Ademais, ressaltou  
105 algumas críticas, a respeito desse assunto, as quais foram elencadas na reunião com o Grupo  
106 de Trabalho, as quais: 1) Dia da realização do evento presencial; 2) A metodologia do diálogo  
107 virtual; 3) Os mecanismos de tradução; 4) A ausência do CNIg na cidade de São Paulo.  
108 Ressaltou também o compromisso, após o Fórum, de dar seguimento nas propostas que  
109 estiverem sob a alçada desse Conselho. Após, além de salientar a importância de apresentar,  
110 no Fórum de Participação Social, os debates já ocorridos, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida  
111 acrescentou a importância de apresentar também os debates ocorridos na OBMigra, os quais  
112 em torno das principais demandas da sociedade em termos das políticas migratórias. Noticiou  
113 também sobre a convocação para cadastramento e participação, no Fórum, no *site* e no  
114 *Facebook* do Ministério; sobre a decisão de expor, no Plenário, a necessidade de Conselheiros  
115 que queiram acompanhar o debate virtual desses Eixos, uma vez que, em junho, pretende-se  
116 reunir os representantes/mediadores da Sociedade Civil e os Conselheiros. Por fim, o Sr.  
117 Paulo Sérgio de Almeida comunicou que a OIT, juntamente com o OBMigra, está auxiliando,  
118 por meio da contratação de especialista, o incentivo da participação social. Em  
119 prosseguimento, a Sra. Bela Feldman Bianco (**SBPC**) tomou a palavra e expôs que, na  
120 Reunião, comentou-se que, no Ministério, pode-se utilizar apenas o *Facebook* e que considera  
121 difícil, no CNIg, uma discussão baseada na ferramenta *e-mail*. Assim sendo, sugeriu a  
122 abertura de uma página privativa, no ambiente virtual, para a realização das discussões.  
123 Retomando a palavra, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, em resposta a Sra. Bela, expôs que a  
124 comunicação social no Ministério segue as regras da SECOM da Presidência, que o *Facebook*  
125 do Ministério é uma ferramenta vantajosa, mas que considera interessante um outro canal para  
126 a disseminação das informações. Ademais, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida retomou a questão

127 dos mediadores e ressaltou que considera importante, no Fórum, a representação de um  
128 integrante do CNIg, uma vez que esse representante poderá apresentar o que competência ou  
129 não desse Conselho. Prosseguindo, tomou a palavra a Sra. Marjolaine Bernadette Julliard  
130 Tavares do Canto (**CNC**), que questionou sobre o critério para a distribuição dos Conselheiros.  
131 Em resposta, o Sr. Paulo Sérgio disse que deixou essa questão em aberto, mas que seria  
132 interessante que fossem manifestos, do próprio Plenário, os Conselheiros que acompanharão  
133 os Temas propostos para o debate. A fim de esclarecer esse questão, repassou a palavra para a  
134 Sra. Natalia Cintra (**OBMigra**) que disse que a primeira etapa, a virtual, será dividida em  
135 duas partes: 1ª) a dos convites virtuais e 2ª) a do debate. Logo, os Conselheiros cadastrados  
136 acompanhariam esses processos até a compilação do caderno de propostas que será discutido  
137 no encontro presencial. Por isso a importância do acompanhamento de um Conselheiro do  
138 CNIg. Tomou a palavra a Sra. Bela Feldman Bianco (**SBPC**) que enfatizou a importância da  
139 participação de Conselheiros mais experientes e que conhecem do CNIg. Acerca disso, não  
140 havendo mais comentários, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida perguntou se haviam Conselheiros  
141 que quisessem participar desse processo. O Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva  
142 (**MJ**), manifestou seu interesse em se candidatar e aproveitou o ensejo para ressaltar a  
143 importância da participação nesse processo. Colocou também, à disposição, os materiais  
144 produzidos na Conferência Nacional das Migrações. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida agradeceu  
145 e repassou a palavra para a Sra. Cristina Aires Corrêa Lima (**CNI**) que também se dispôs e  
146 avaliou importante a construção de uma política de migração com a participação da sociedade  
147 civil. Em prosseguimento, tomou a palavra a Sra. Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do  
148 Canto (**CNC**), que também declarou estar à disposição e reconheceu a oportunidade como um  
149 anseio antigo no CNIg. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida novamente agradeceu e conduziu a  
150 palavra ao Sr. Elias Ferreira (**FS**) que mencionou a contribuição da Sra. Clair no debate, bem  
151 como o compromisso de participar do Fórum social. Ademais, mencionou o parecer do Sr.  
152 Roque, ex-Padre, na reunião dos grupos de trabalho, onde sugeriu maior participação do CNIg  
153 na cidade de São Paulo, haja vista o considerável concentração de imigrantes. O Sr. Elias  
154 Ferreira (**FS**) que comentou sobre o risco de frustrar as expectativas do Sr. Roque e comentou  
155 também sobre a proposta das reuniões do Conselho em São Paulo como um meio de  
156 aproximar o CNIg da Sociedade Civil. Além disso, observou que o Conselho deve apresentar  
157 às entidades dessa Sociedade, a qual representa os imigrantes, com ênfase, as resoluções, as  
158 deliberações, as medidas tomadas no Conselho, as quais beneficiam a comunidade de  
159 imigrantes. Em prosseguimento, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida retomou a palavra e a  
160 conduziu ao Sr. Edson Stefani (**UGT**) que expressou a possível participação do Sr. Valdir no

161 Fórum. Tomou a palavra a Ir. Rosita Milesi (**IMDH**) que lembrou da gênese do Fórum e  
162 enfatizou o anseio do Conselho em estar mais próximo da Sociedade Civil. Em  
163 prosseguimento, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida repassou a palavra para Sra. Cynthia Sampaio  
164 (**OIT**) que expressou a gratidão pela oportunidade de participação da OIT no processo e sobre  
165 as discussões na reunião ocorrida em São Paulo, avaliada como norteadora/problematizadora  
166 das questões que ainda necessitam de decisão. Ademais, expôs as limitações de ordem prática  
167 para a construção de uma narrativa que clareiem essas questões. Acrescentou também que a  
168 OIT está contribuindo com a questão metodológica, a partir de recursos acumulados, do  
169 resgate de documentos desde 2010/2011. Apontou também a escassez de recursos humanos na  
170 parte executiva, apesar da boa representatividade por parte do Conselho e da Sociedade Civil.  
171 Ressaltou a existência de uma coletiva e da possibilidade de participação nessa construção  
172 coletiva. Finalmente, expressou que o Sr. Durval almeja participar e ser o porta-voz do Eixo 1.  
173 Tomou a palavra o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, que ressaltou a importância de um número  
174 maior de Conselheiros em cada Eixo e também que, embora quisessem resolver todos os  
175 anseios, existem assuntos específicos e de competência do CNIg. Em prosseguimento, o Sr.  
176 Paulo Sérgio de Almeida tomou nota e enumerou aqueles que se apresentaram para a  
177 participação no Fórum, os quais: as Sras. Marjolaine, Cristina Aires, Irmã Rosita e Clair  
178 Siobban; e os Srs. Elias Ferreira, Vitor Carvalho, Edson Stefani, João Granja e Durval. Ao  
179 tomar a palavra, a Sra. Bela Feldman Bianco (**SBPC**) que discorreu que se trata de um pré-  
180 evento para o Fórum Social Mundial das Migrações, o qual está com as inscrições abertas, e  
181 acrescentou a importância da participação de um público também internacional. Após, tomou  
182 a palavra o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, que apoiou a sugestão da Bela Feldman Bianco e  
183 acrescentou a importância dessa experiência no Fórum Mundial do Brasil. Em  
184 prosseguimento, a Sra. Bela Feldman Bianco (**SBPC**) retomou a palavra e ressaltou que seria  
185 interessante compor uma roda de conversa. A Sra. Cristina Aires Corrêa Lima (**CNI**)  
186 acrescentou que se trata de uma oportunidade para compartilhar as experiências mundiais com  
187 o intuito de aproveitar as boas práticas. Ao retomar a palavra, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida  
188 comunicou que iria contactar o Fórum a fim de organizar o ambiente de discussão. Em  
189 seguida, iniciou o relato do segundo grupo de trabalho, a saber: A análise dos novos grupos  
190 migratórios. Repassou, então, a palavra ao Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida (**MTPS**). Que  
191 ao tomar a palavra, comentou sobre um grupo que trata de dois novos fluxos e que um dos  
192 temas abordados, em São Paulo, diz respeito ao estoque de processos haitianos que ainda não  
193 foram publicados, que ainda estão no Ministério da Justiça (MJ), os quais devem ser avaliados  
194 pelo CNIg, a fim de sondar se trata ou não de refúgio ou de incompatibilidade. Acrescentou

195 também que o MJ e o Comitê Nacional para os Refugiados (**CONARE**) publicarão a lista de  
196 pendência. Ressaltou também a preocupação com os quarenta e três mil processos cujos vistos  
197 deveriam ser publicados em novembro, em solenidade do CNIg, o MJ e MTPS, pois, desses  
198 quarenta e três mil, somente nove ou dez mil possuem residência permanente no Brasil.  
199 Portanto, salientou a seguinte dúvida: Foi cancelado o direito de residência no Brasil?, O  
200 processo parou, apenas, na emissão do visto permanente? Haja vista essa questão, o Sr.  
201 Reinaldo ressaltou a necessidade de um grupo de trabalho que registre os procedimentos  
202 ocorridos em cada Estado. Segundo ele, solicitou-se que Polícia Federal (PF) faça,  
203 mensalmente, esse monitoramento. Ademais, ressaltou que um terceiro tema, o de movimento  
204 de saída dos haitianos pela fronteira Norte, chamou a atenção dos Conselheiros, uma vez que  
205 existe a curiosidade de saber o porquê dessa saída. Ressaltou também um outro tema, a  
206 renovação da Resolução Normativa, que considerou de expressiva importância, já que é a  
207 legislação que concede o visto. Advertiu que, em outubro, será decidido a continuação ou não  
208 dessa Resolução e sugeriu a maturação dessa decisão porque o Ministério das Relações  
209 Exteriores (MRE), com o apoio da OIM, em Porto Príncipe, instaurou uma força-tarefa para  
210 viabilizar cerca de dois mil vistos por mês. Findou a sua fala questionando como tem sido  
211 feito os Convênios de acolhida dessa população. Ao retomar a palavra, o Sr. Paulo Sérgio de  
212 Almeida confirmou a importância desse tema e demonstrou preocupação com o atual cenário  
213 migratório, de haitianos e outras nacionalidades, considerado bastante delicado. Além disso,  
214 expôs a preocupação com aqueles que adentraram no Brasil via aérea e terrestre e que  
215 necessitam legalizar a sua situação. Segundo ele, o Conselho precisa decidir o pavor da RN,  
216 uma vez que o resultado dessa decisão impactará o trabalho Consular. Em prosseguimento,  
217 tomou a palavra o Sr. Paulo Gustavo Iansen de Sant'Ana (**MRE**), que informou não houve  
218 interrupção ou diminuição da emissão vistos no Haiti, que discorreu acerca da RN 97,  
219 ressaltando que, caso não haja a renovação dessa Resolução, certamente haverá procura pelos  
220 serviços prestados em Porto Príncipe; assim sendo, quanto antes ocorrer a discussão acerca  
221 desse assunto, o Itamaraty empreenderá medidas necessárias no que concerne à emissão dos  
222 vistos. Ademais, destacou o impacto dessa decisão na área fronteira e se comprometeu a  
223 consultar os Postos localizados na fronteira a fim de elencar dados e informações sobre o  
224 porquê do fluxo de haitianos. Segundo ele, esses dados serão relevantes para a tomada de  
225 decisão. Finalmente, destacou sobre a medida de emissão de tiquete na ocasião da Copa do  
226 Mundo. Ao retomar a palavra, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida concedeu a fala ao Sr. João  
227 Guilherme Lima Granja Xavier da Silva (**MJ**), que comentou que, há quatro meses, instaurou-  
228 se um equilíbrio dos parâmetros para a entrada no Brasil. De acordo com ele, consolidou-se



229 uma rotina de renovação anual, fato que deve contribuir para o debate acerca da RN. Retomou  
230 a palavra o Sr. Paulo Sérgio de Almeida que cedeu a fala à Sra. Silvana que ilustrou o debate  
231 com dados estatísticos resultantes das seguintes Resoluções: a Resolução 97, a Resolução 27 e  
232 a Resolução 108. Sequencialmente, tomou a palavra a Sra. Bela Feldman Bianco (**SBPC**) que  
233 sugeriu, por meio de Edital, a participação de estudantes e a publicação de pesquisas  
234 desenvolvidas com os haitianos no contexto brasileiro, as quais úteis para o evento agendado  
235 para o mês de maio. Prosseguindo, o Sr. Leonardo Cavalcanti (**OBMigra**) respaldou a  
236 sugestão da Sra. Bela e atentou para os estudos em nível de Mestrado e Doutorado, os quais  
237 revelam dados sobre as estratégias migratórias e que poderiam ser publicados. O Sr. Paulo  
238 Sérgio de Almeida respaldou a ideia e julgou que as publicações representariam um ganho de  
239 compreensão, conhecimento, acerca da questão migratória dos haitianos. Tomou a palavra o  
240 Sr. João que notou um Projeto, executado pelo Instituto de Políticas Públicas de Direitos  
241 Humanos do Mercosul, que contou com a cooperação da OIM, que apresenta um cenário  
242 comparativo das políticas públicas para os haitianos. Após, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida  
243 passou a palavra para o Sr. Matteo Mandrille (**OIM**) que discorreu sobre o trabalho do CNIg  
244 com os haitianos e a missão da OIM no Haiti. Segundo ele, a OIM desenvolve um estudo  
245 interessante sobre a migração haitiana nos países, nos Estados que fazem parte do Mercosul.  
246 Após, retomou a palavra o Sr. Presidente que a repassou ao Sr. Odilon dos Santos Braga  
247 (**CTB**) que destacou que, em todo contrato, há um prazo determinado para uma renovação;  
248 logo, deve-se adiantar qualquer questionamento conforme esse prazo. E, destacou que o  
249 Contrato é renovado anualmente e que há interesse em enviá-lo. Ao retomar a palavra, o Sr.  
250 Paulo Sérgio de Almeida adentrou no ponto seguinte da agenda, a saber, dos resultados da  
251 pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2011/2012, com vistas à  
252 avaliação do normativo e à desburocratização. Segundo o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, essa  
253 pesquisa diz respeito à migração de trabalhadores qualificados e sugere a mudança no atual  
254 Decreto, o Decreto 86.715, no que concerne à validade das autorizações de trabalho. Está  
255 disponível no *site* da FGV e também no do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Após,  
256 o Sr. Paulo Sérgio de Almeida pontuou questões classificadas relevantes, as quais: 1)  
257 Extensão do visto de trabalho para os dependentes; 2) O estabelecimento do prazo de seis  
258 meses para a contratação; 3) A redução de estâncias decisórias para os casos de prorrogação  
259 do visto de trabalho e 4) Mudança da condição migratória, para estudantes ou visitantes, em  
260 caso de oferta de emprego. Em prosseguimento, a Sra. Cristina Aires Corrêa Lima (**CNI**)  
261 tomou a palavra e discorreu sobre o trabalho realizado pela FGV, uma vez que debate a  
262 estratificação burocrática e sugere praticidade. Após esclarecer sobre o tipo de visto de

263 trabalho em discussão, a saber, o temporário, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida concedeu a  
264 palavra a Sra. Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto (**CNC**) que se manifestou a  
265 favor da simplificação e ressaltou que se trata de um anseio da Bancada Patronal. Em  
266 prosseguimento, o Sr. Elias Ferreira (**FS**) também manifestou a sua satisfação, no que diz  
267 respeito ao processo de simplificação, e expôs preocupação no que concerne à transformação  
268 do Visto de turista para o Visto de trabalho. Segundo ele, deve-se considerar o seguinte: a)  
269 Uma empresa possui métodos para contratação; b) O indivíduo, ao migrar, possui suas  
270 motivações, por exemplo, a do propósito laboral; c) Há o risco de oportunizar a permanência  
271 de turistas, em nosso País, em situação irregular. Após esclarecer que a aprovação desse  
272 documento requererá o aval do Ministério do Trabalho e Previdência, bem como o  
273 atendimento aos termos do CNIg, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida concedeu a palavra ao Sr.  
274 Wladimir Penha Pereira (**NCST**), que expôs o seguinte: “turista é turista e, naturalmente,  
275 aquele que vem para laborar, é para laborar mesmo”; logo, a seguinte questão merece atenção:  
276 Existem etnias que não respeitam um Contrato, tampouco as leis brasileiras. Após, tomou a  
277 palavra o Sr. Odilon dos Santos Braga (**CTB**) que ressaltou que “o Decreto é conceitual, é  
278 muito mais que diminuir papéis”. Esclareceu que a FGV atuou no momento da discussão  
279 sobre o tema: Mão de Obra Qualificada, ressaltando que se trata de uma diretriz para a  
280 modificação de uma Legislação, a qual originou uma Minuta do Decreto que será apresentada  
281 no novo Relatório. Esclareceu, porém, que se deveria aguardar a nova Legislação e sugerir  
282 modificações a partir desse documento. Em prosseguimento, comentou sobre a questão da  
283 Migração Qualificada e sobre o Artigo que menciona que é competência do CNIg definir as  
284 atividades profissionais estratégicas para o País, mas, quem define, é o Governo Federal.  
285 Findou o seu parecer com comentários sobre a questão do Visto de Turista, uma alteração que,  
286 ao seu ver, é considerada inoportuna. Após, tomou a palavra o Sr. Paulo Sérgio de Almeida  
287 que apresentou duas considerações: 1) O critério de qualificação não está sendo modificado; 2)  
288 O Conselho é um Conselho de política. Em prosseguimento, tomou a palavra a Sra. Bela  
289 Feldman Bianco que ressaltou que o termo turista, a categoria de turista, foi mal colocado.  
290 Ademais, disse concordar com os representantes sindicais e com o Sr. Elias Ferreira (**FS**)  
291 quando disse que se trata de uma questão de redação do Artigo 69. Por fim, enfatizou também  
292 a importância da simplificação. A seguir, tomou a palavra o Sr. João Guilherme Lima Granja  
293 Xavier da Silva (**MJ**), que elogiou as considerações do Sr. Paulo Sérgio de Almeida e sugeriu  
294 a leitura do texto e o dirimir das dúvidas. Após, tomou a palavra a Sra. Delegada Federal  
295 Silvane Mendes Gouvêa (**DPF**), que observou que a Polícia Federal não tem voto no  
296 Conselho, que é um órgão meramente executivo das Leis Migratórias, por isso, debruça-se

297 continuamente sobre a Legislação e, no que concerne à proposta do Decreto, com base em  
298 uma leitura meramente jurídica, verificou algumas incongruências. Ressaltou, por exemplo, a  
299 questão do turista ser convertido em trabalhador, e também o Artigo 15 que trata da questão  
300 da permanência temporária no País. Ademais, observou sobre o fomento, em tempo de  
301 desemprego, da vinda de trabalhadores, haja vista o benefício da Lei. Ressaltou que o  
302 brasileiro, quando no exterior, pode ser tratado de maneira depreciativa; então, por que  
303 incentivar uma Legislação facilitadora para o turista que se interesse em permanecer aqui? No  
304 que diz respeito ao trabalhador qualificado, sugeriu que as Resoluções fossem mais  
305 simplificadas, pois a complexidade, no presente, obstrui a Política Migratória. Por fim, pôs  
306 em relevo a condição do estudante, uma vez que a Lei veda o exercício da atividade  
307 remunerada. Após, recebeu a palavra o Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva (**MJ**),  
308 que sugeriu a organização do debate e mencionou as discussões realizadas pela equipe do  
309 Bem Mais Simples com o Ministério do Trabalho e a Polícia Federal. Segundo ele, as  
310 questões jurídicas foram discutidas; logo, é confiável a Minuta que relativa ao trabalho  
311 realizado. Ademais sugeriu que o texto seja analisado pelos órgãos competentes. Ao retomar a  
312 palavra, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida observou a necessidade de fixação nos pontos outrora  
313 elencados, já que assuntos que não condizem à competência do CNIg estão sendo discutidos.  
314 Além disso, ressaltou a objeção ao 69A, em que o titular pode solicitar a alteração do Visto de  
315 Turista. Segundo ele, o ponto principal da discussão é o do tema turismo. Em prosseguimento,  
316 tomou a palavra a Sra. Cristina Aires Corrêa Lima (**CNI**), que demonstrou concordar com o  
317 discurso da bancada dos trabalhadores e da Sra. Bela. Segundo ela, todas propostas devem ser  
318 analisadas e, no que concerne à solicitação do Visto, notou que, no decorrer do prazo para a  
319 petição, o estrangeiro conta, somente, com uma autorização. Finalmente, declarou  
320 inconstitucional a questão do estudante não poder trabalhar, já que o estrangeiro, residente no  
321 Brasil, compartilha dos mesmos direitos dos brasileiros. Em prosseguimento, tomou a palavra  
322 o Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho (**CUT**), que fez referência ao § 2º do Artigo 23. Após, tomou a  
323 palavra a Sra. Cristina Aires Corrêa Lima (**CNI**), que sugeriu que o Visto fosse concedido,  
324 apenas, pelo respectivo Consulado no exterior; sendo emitido, no Brasil, somente em casos  
325 especiais. Em seguida, recebeu a palavra o Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho (**CUT**), que  
326 comentou sobre a impossibilidade de acordo para a alteração do Visto, pois, segundo a  
327 Central Única dos Trabalhadores (CUT), “turista é para vir passear no País e não ter  
328 oportunidade nenhuma de transformar o seu Visto em trabalho”. Apesar desse ponto de vista,  
329 criticou os excessos burocráticos e salientou a Central pode apoiar esse trabalhador e que, em  
330 relação ao Artigo 69, contribuir com uma redação que possa atendê-lo. Ao receber a palavra, a

331 Sra. Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto (**CNC**), no que diz respeito ao tema em  
332 debate, salientou que o assunto “Visto de Turismo” é ponto superado, uma vez que existe o  
333 entendimento da construção de um outro termo ou de uma solução. Nesse sentido, apoiou a  
334 proposta da Conselheira Bela que objetiva a disposição de outro tipo de Visto. No que diz  
335 respeito ao Decreto, julga-o como facilitador, já que não há uma Lei vigente e modernizadora  
336 do Sistema. Em prosseguimento, tomou a palavra a Ir. Rosita Milesi (**IMDH**) que apreciou o  
337 debate e ressaltou os aspectos positivos do Decreto, salientando, apenas, o ponto considerado  
338 crítico do Artigo 69, assuntos como: a questão da tramitação do processo, dos familiares.  
339 Ademais, respaldou a proposta da Conselheira Bela no que concerne à revisão da redação  
340 desse Artigo. Após, tomou a palavra a Sra. Cristina Aires Corrêa Lima (**CNI**) que julgou  
341 inseguro deixar em aberto esta questão: a do levantamento dessa outra categoria migratória.  
342 Expôs, por fim, a expectativa dos trabalhadores, no que diz respeito à segurança jurídica, e  
343 também a necessidade de avaliar a questão do Visto de Estudante, Artigo 22, Inciso IV, em  
344 que o estudante deve ser lido na condição de cientista sob regime de Contrato ou serviço ao  
345 governo brasileiro. Ao retomar a palavra, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida considerou a proposta  
346 da Sra. Bela como concreta e questionou sobre a possibilidade de apoiá-la. O Sr. Vitor Luiz  
347 Silva Carvalho (**CUT**), tomou a palavra e propôs a seguinte redação para o Artigo 69A: “O  
348 titular do visto temporário previsto no Inciso IV, do Artigo 22, o titular do visto de turista  
349 poderá solicitar, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, autorização para a  
350 transformação da sua condição migratória, para temporário de trabalho, a critério do CNIg,  
351 atendidos os mesmos requisitos do Artigo 23, § 2º”. Acerca disso, o Sr. Paulo Sérgio de  
352 Almeida propôs o seguinte: “Titular do visto, previsto no Inciso IV, Artigo 22, e de outra  
353 categoria migratória, exceto visto de turista, a critério do CNIg, poderá solicitar ao Ministério  
354 do Trabalho e Previdência Social etc...”, uma redação que encontre apoio e que será  
355 encaminhada, para a aprovação, à Secretaria de Governo e às Assessorias Jurídicas das  
356 representações, de modo que, existindo importante ressalva, possa ser revista. Retomou a  
357 palavra a Sra. Delegada Federal Silvane Mendes Gouvêa (**DPF**), que questionou acerca da  
358 operacionalidade no processo de desburocratização, tendo em vista que a PF recebe pedidos e  
359 encaminha para o MJ. Acerca disso, o Sr. Paulo Sérgio afirmou que a decisão continuará sob o  
360 domínio do MJ e que o intuito é realizar as operações em âmbito digital. Prosseguindo, o Sr.  
361 Paulo Sérgio de Almeida apresentou o quarto relato disposto na Agenda, a saber, ao do Grupo  
362 de Trabalho responsável pelo Ingresso de Criança e Adolescente Imigrantes ao Brasil. Tomou  
363 a palavra a Sra. Cynthia Sampaio (**OIT**) que relatou sobre um Projeto em companhia do  
364 Ministério do Trabalho, um Projeto de Cooperação Sul-Sul na área de proteção ao direito dos

365 trabalhadores migrantes. Segundo ela, esse Seminário foi realizado para identificar as boas  
366 práticas na área de proteção dos trabalhadores migrantes, foi um evento importante no que  
367 concerne ao diálogo social. Assim sendo, foi possível coordenar o exposto na Reunião  
368 Ordinária do Conselho com as Delegações Tripartite. Ademais, destacou o seguinte: 1) A  
369 presença dos Ministros; 2) O retorno da Delegação chilena e 3) A reunião oficial do CNIg  
370 com o Comitê da Organização das Nações Unidas (ONU). Retomou a palavra o Sr. Paulo  
371 Sérgio de Almeida que agradeceu o relato e repassou a fala ao Sr. Daniel Chiaretti (**DPU**) que  
372 disse que a Defensoria Pública da União apresentou a proposta de alteração da Resolução 93,  
373 a qual trata da questão migratória para vítimas do tráfico de pessoas. Trata-se da possibilidade  
374 de regularização migratória também para vítimas de trabalho escravo, principalmente para as  
375 pessoas que colaboram com a justiça. Isso facilitaria a extensão da proteção, assim como o  
376 recebimento de verbas rescisórias. Acerca disso, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida notou que  
377 algumas situações classificadas como trabalho escravo não deve ser lida como tráfico de  
378 pessoas. Após, tomou a palavra o Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida (**MTPS**), que afirmou  
379 que o interesse do Ministério Público do Trabalho (MPT) é discutir essa Resolução, o fato de  
380 concessão do Visto. O Sr. Paulo Sérgio de Almeida, ao retomar a palavra, comentou que  
381 considera interessante discutir a questão do trabalho escravo, pois, uma pessoa, sem  
382 documentação, pode ser mantida em situação de vulnerabilidade. Ademais, sugeriu a  
383 organização de um Grupo de Trabalho voltado para a proposta de alteração da RN 93. Tomou  
384 a palavra a Sra. Bela Feldman Bianco (**SBPC**) que considerou a relevância do tema,  
385 mencionando o trabalho de antropólogos. A Sra. Ir. Rosita Milesi (**IMDH**) destacou a  
386 importância de debater o tema sobre o trabalho escravo e se dispôs a integrar o Grupo de  
387 Trabalho. Dito isso, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida informou que a primeira reunião do Grupo  
388 de Trabalho está prevista para ser realizada na véspera da próxima reunião da Plenária do  
389 CNIg. Com a palavra, o Sr. Delegado André Zaca Furquim (**DPF**) aclarou sobre a proposta  
390 promovida pelo Programa Bem Mais Simples em relação a alteração do Decreto 86.715/81 e  
391 explicou que a alteração da proposta poderia estar em desacordo com a Lei, porém enfatizou  
392 que conforme esclarecimentos de Pareceristas Jurídicos não há vedação expressa em Lei e  
393 afirmou que as hipóteses de transformação na alteração do Decreto seria exemplificativo e  
394 não taxativo. Em relação a constituição do visto de trabalho, o Sr. Delegado André Zaca  
395 Furquim (**DPF**) considerou que é de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Previdência  
396 Social e do Ministério de Relações Exteriores enfrentar essa questão. E reafirmou que na  
397 proposta de alteração do Decreto a Polícia Federal não tem nenhum óbice a ser registrado; e  
398 em relação aos demais assuntos debatidos, a Polícia Federal solicitou que houvesse cautela

399 para que todos os membros do Conselho pudessem estudar a questão a ser debatida e  
400 deliberada. Dando continuidade nos trabalhos, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, passou a  
401 palavra para a Sra. Silvana Braga (**SEED**) para realizar sua exposição acerca do Programa do  
402 Governo de Minas Gerais: *Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development*. De posse  
403 da palavra, a Sra. Silvana Braga (**SEED**) discorreu sobre o assunto e explicou o  
404 desenvolvimento e metas do Programa. E solicitou ao Pleno a concessão de visto, para que os  
405 empreendedores estrangeiros possam vir para o Brasil e atuar no Programa. Na sequência, o  
406 Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida (**MTPS**) informou que teve a oportunidade de conhecer o  
407 projeto sendo desenvolvido e enfatizou que são ações que tendem a beneficiar o Estado de  
408 Minas Gerais e o Brasil. E questionou se o conjunto de iniciativas dos estrangeiros será  
409 composta por nove ou doze pessoas. Em resposta, a Sra. Silvana Braga (**SEED**) explicou que  
410 em cada projeto poderá ter a composição de três pessoas e afirmou que cada projeto possui  
411 multicondicionais. O Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva (**MJ**) explicou que esse  
412 programa tende a apresentar resultados positivos, tanto para o desenvolvimento regional,  
413 quanto para o acervo tecnológico, cultural, científico e produtivo do Brasil. Destacou que a  
414 execução desse Programa é capaz de promover melhorias em diversos ambientes sociais e  
415 econômicos do Brasil, principalmente, para trabalhadores brasileiros, com um reflexo muito  
416 positivo em termos de externalidades para a economia do Brasil. Em continuidade, o Sr. Paulo  
417 Gustavo Iansen de Sant'Ana (**MRE**) apontou uma preocupação referente a questão de Visto  
418 Permanente por Casamento através de procuração. Informou que há registros de indícios de  
419 fraudes. O Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva (**MJ**), sugeriu que fosse  
420 apresentado ao CNIg estatísticas sobre esses casos, para que o Conselho possa propor alguma  
421 alternativa de redação, que vise resolver o problema. Na sequência, **o Sr. Presidente**, sugeriu  
422 que antes do Fórum de Participação Social e antes da reunião da apresentação dos resultados  
423 obtidos através do Fórum, que fosse realizada Audiências Públicas entre o CNIg, as  
424 comunidades migrantes e as entidades. Em seguida, **o Sr. Presidente** deu início aos relatos  
425 dos Processos.

426

427 Relato dos Processos:

428

429 **1)** Relator: MTE; Processo: **46215.001577/2016-90**; Nome do estrangeiro: Alexandra Solange  
430 Cardoso dos Santos Barreiros e Dependentes; País: Portugal; Chamante: Alexandra Solange  
431 Cardoso dos Santos Barreiros; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O  
432 Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do

433 Relator. **2)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.004879/2014-71**; Nome do estrangeiro: Papa  
434 Mamadou Mbaye; País: Senegal; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de  
435 Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do  
436 pedido, acompanhando o voto do Relator. **3)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.000027/2016-77**;  
437 Nome do estrangeiro: N'datche Biumte; País: Guiné Bissau; Chamante: Defensoria Pública  
438 da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo foi retirado de pauta. **4)**  
439 Relator: **MJ**; Processo: **46094.009837/2013-46**; Nome do estrangeiro: Edwin Guarachi  
440 Condori; País: Outros; Chamante: Defensoria Público da União em São Paulo; UF: SP; Tipo  
441 de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
442 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **5)** Relator: **MJ**; Processo:  
443 **08460.013507/2012-60**; Nome do estrangeiro: Patrick Nzomba Ngiayi; País: Congo;  
444 Chamante: Patrick Nzomba Ngiayi; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão:  
445 O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do  
446 Relator. **6)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.028906/2012-30**; Nome do estrangeiro: Mbanzulu  
447 Bansimba Aime; País: República Democrática do Congo; Chamante: Defensoria Pública da  
448 União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
449 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **7)** Relator: **MJ**; Processo:  
450 **46094.041434/2012-19**; Nome do estrangeiro: Edwin Guarachi Condori; País: Outros;  
451 Chamante: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente;  
452 Decisão: O Processo foi retirado de pauta. **8)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.002197/2015-13**;  
453 Nome do estrangeiro: Ilda Flores Ramos; País: Bolívia; Chamante: Defensoria Pública da  
454 União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por  
455 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido com *Ad Referendum*, acompanhando o voto do  
456 Relator. **9)** Relator: **MRE**; Processo: **46094.000931/2015-00**; Nome do estrangeiro: Roney  
457 Souza; País: Bangladesh; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto:  
458 Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido,  
459 acompanhando o voto do Relator. **10)** Relator: **MDIC**; Processo: **46094.000023/2016-99**;  
460 Nome do estrangeiro: Thomas Max Baumgart – Outros; Chamante: Commerzbank  
461 Aktiengesellschaft; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário  
462 decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator.  
463 **11)** Relator: **MEC**; Processo: **46094.002120/2015-35**; Nome do estrangeiro: Andreia Filipa  
464 Carvalho Pinheiro; País: Portugal; Chamante: Paulo Jorge da Silva Pinheiro; UF: SP; Tipo de  
465 Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado.

466 Os seguintes processos foram indeferidos “*Ad Referendum*” por descumprimento da  
467 Resolução Normativa, e o indeferimento foi referendado pelo Plenário:

468 1) 46094.000035/2016-13; 2) 46094.000028/2016-11; 3) 46094.000002/2016-73; 4)  
469 46094.000041/2016-71; e 5) 46094.002224/2015-40.

470 **ENCERRAMENTO:** Após o relato dos Processos e, não havendo nada para tratar, o  
471 Presidente do CNIg, **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**, agradeceu a presença e a contribuição de  
472 todos, e encerrou a III Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração do dia doze de  
473 abril de dois mil e dezesseis.

474

475

476

Paulo Sérgio de Almeida

477

Ministério do Trabalho e Previdência Social

478

479

480

481

Brasília/DF

482

Abril de 2016.